

A ARQUEOLOGIA DOS CASTROS NO NORTE DE PORTUGAL: BALANÇO E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

por

Manuela Martins *

INTRODUÇÃO

Realizar um balanço da investigação relativa aos castros do Norte de Portugal não constitui uma tarefa fácil. Trata-se de um domínio com uma longa tradição de pesquisas¹, que envolve um número considerável de investigadores, servido por uma extensa bibliografia e, mais recentemente, por algumas sínteses que dão conta de avanços significativos no conhecimento destes povoados².

Por outro lado, se perspectivarmos o conjunto dos trabalhos vindos a lume nos últimos quinze anos, verificamos também uma significativa renovação metodológica, quer no âmbito do trabalho de campo, quer na abordagem dos problemas. Uma crescente valorização da cronologia, um maior esforço na definição das etapas de desenvolvimento dos castros, o reconhecimento da existência de sub-áreas, na grande área de expressão da Cultura Castreja e os primeiros estudos de âmbito regional, constituem, a nosso ver, os indicadores mais positivos da actual investigação.

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

¹ A história da investigação dos castros do NO tem sido focada por vários autores, quer em Portugal, quer na Galiza, mas quase sempre de forma retrospectiva e pouco crítica (FARIÑA BUSTO *et alii* 1983, 87-95; SILVA 1986, 19-23; HÖCH 1986; MARTINS 1987, 28-37).

² Referimo-nos concretamente ao trabalho de Armando C. da Silva sobre a Cultura Castreja do Norte de Portugal (1986), ao de Martin Höck, igualmente incidente sobre o conjunto do território a Norte do Douro (1986), ao de Manuela Martins, sobre o vale do Cávado (1987) e ao de C. A. Brochado de Almeida, que aborda sobretudo a problemática dos povoados de baixa altitude da bacia do Lima (1987).

Parte desse esforço pode imputar-se ao crescimento dos meios postos ao dispor da pesquisa arqueológica, mas sobretudo ao desenvolvimento dos primeiros projectos consequentes de média e longa duração ligados às Universidades³.

Não poderíamos ignorar também todo um conjunto de estudos temáticos recentes, realizados de ambos os lados da fronteira, que valorizaram e questionaram aspectos como o habitat, a cerâmica, a ourivesaria, a economia, ou a organização social das comunidades castrejas. Uma extensa bibliografia dá conta do estado das pesquisas nesses domínios, representando um instrumento de trabalho indispensável a qualquer investigador⁴.

Face a uma acumulação tão significativa de dados pareceria desadequado efectuar neste breve espaço um balanço dos conhecimentos, por demasiado extenso, mas também porque a leitura dos trabalhos referidos será certamente mais enriquecedora. Também não julgamos conveniente proceder aqui a uma enumeração sistemática dos problemas que se colocam à investigação futura, pois as temáticas são variadas e as questões sugeridas necessariamente diversificadas.

Entendemos sim que o avanço dos conhecimentos permite olhar actualmente o universo dos castros de um modo mais amplo, que ultrapassa mesmo o quadro, algo limitativo, da génese e evolução da Cultura Castreja. Com efeito, os resultados mais recentes fornecidos pela arqueologia dos castros do Norte de Portugal permitem perspectivar a ocupação humana do 1º milénio a.C., em termos de povoamento, desenvolvimento económico e complexidade social, aspectos que não deixam de oferecer distorções cronológicas acentuadas e regionalismos importantes.

Foi precisamente este ponto de vista que presidiu à elaboração deste pequeno trabalho, mais dominado por preocupações de carácter metodológico, do que pela tentativa de ser exaustivo na focagem dos problemas. Assim, num primeiro ponto procuraremos proceder a um breve balanço crítico das pesquisas, reservando-se um segundo à enunciação de algumas questões de âmbito metodológico e programático, que podem orientar linhas de acção futura.

³ Destaque-se a este propósito o importante contributo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com um número significativo de projectos incidentes na ocupação dos castros do Norte de Portugal (SOEIRO 1984; MARQUES 1984; SILVA 1986; ALMEIDA 1987), bem como a investigação realizada no âmbito da Universidade do Minho, circunscrita à bacia do Cávado (MARTINS 1987).

⁴ Sem pretendermos ser exaustivos gostaríamos de salientar, sobre os domínios referidos, os trabalhos de C. A. Ferreira de Almeida (1974a, 171-197; 1984, 35-42; 1986, 161-172), de Armando C. da Silva (1981/82, 83-94; 1982, 361-399; 1986), de Romero Masiá (1976), de J. M. Vázquez Varela (1980, 197-204; 1983, 147-158) e de Pérez Outeiriño (1982).

A EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS

As questões que se têm colocado tradicionalmente no âmbito do estudo dos castros do NO tiveram por base a sua inserção no mosaico cultural peninsular, a definição do quadro étnico das populações, o estabelecimento de filiações e influências da cultura material e a tentativa de traçar a sua evolução⁵. Este conjunto de problemas teve em vista o reconhecimento do NO como área cultural específica, no quadro da Proto-História peninsular, incidindo, por conseguinte, numa macro-escala. A sua abordagem implicou o recurso sistemático a generalizações e uma excessiva valorização da entidade NO, em prejuízo do estudo dos sítios e de micro-regiões⁶.

Reconhecida a originalidade dos castros, em termos topográficos e arquitectónicos, foi fácil individualizar a sua área de expressão no contexto peninsular, cedo definida como área da Cultura dos castros⁷. Lentamente, o acaso, a prospecção e a escavação somaram vestígios e permitiram sistematizar a ergologia desta cultura, da qual merecem destaque a ourivesaria, a metalurgia, a estatuária e a arte ornamental. Estes aspectos, mau grado alguns regionalismos evidentes, foram usados para demonstrar a homogeneidade da cultura material, muito embora a unidade da Cultura castreja tenha sido, e seja ainda, definida basicamente pelo tipo de habitat.

A definição do quadro étnico das populações que estariam na origem desta cultura mereceu um lugar de destaque na investigação. De uma exagerada importância dada à componente céltica no povoamento da região, sublinhada sobretudo na primeira metade do séc. XX⁸, passou-se a uma visão mais mitigada e realista dessa influência e a uma maior valorização da repartição

⁵ A inserção peninsular dos castros do NO deve-se a P. Bosch Gimpera (1921, 248-300). Muitos autores procuraram posteriormente traçar a cronologia e evolução da Cultura Castreja, a sua filiação étnica e influências exteriores. Entre outros, será justo sublinhar os contributos de Mendes Correia (1924), P. Bosch Gimpera (1932; 1933; 54-72; 1939), J. M. Santa Olalla (1946), F. López Cuevillas (1953), J. Maluquer de Motes e Blas Teracena (1954, 1-299), A. Blanco Freijeiro (1960, 179-195), Mário Cardoso (1962, 5-37), J. Maluquer de Motes (1975, 269-284), F. Acuña Castroviejo (1977, 235-253), A. Tranoy (1981), C. A. Ferreira de Almeida (1983, 70-74) e A. C. da Silva (1983/84, 121-129; 1986).

⁶ A bibliografia arqueológica sobre os castros revela a escassez de estudos monográficos e uma quase total ausência de trabalhos de âmbito regional. Em contrapartida dominam as sínteses, que usam muitas vezes dados parcelares, nem sempre convenientemente enquadrados, de um vasto número de escavações. Apenas nos últimos anos se visualiza um real esforço para ultrapassar esta situação, sobretudo na Galiza, onde se tem tentado publicar de forma sistemática as escavações mais recentes.

⁷ Esta definição deve-se a P. Bosch Gimpera (1921, 248-300). A delimitação geográfica da área dos castros tem sido abordada por vários autores (LOPEZ CUEVILLAS 1933, 99-107; ROMERO MASIÁ 1976; TRANOY 1981; SILVA 1986).

⁸ Entre outros podemos referir os trabalhos de P. Bosch Gimpera (1921, 248-300; 1932; 1933, 54-72; 1939), Mendes Correia (1924), M. Santa Olalla (1946) e F. Lopez Cuevillas (1953).

geográfica dos povos referidos pelos autores romanos aquando da conquista⁹.

A quase total ausência de escavações estratigráficas¹⁰ favoreceu, entretanto, estudos da cultura material feitos com base em achados descontextualizados, para os quais se procuravam estabelecer filiações e influências de natureza exógena. Valorizaram-se deste modo aqueles objectos que permitiam conexões com outras áreas culturais e que serviam simultaneamente à fixação da cronologia de evolução dos castros.

Uma análise crítica da bibliografia revela bem como a sistematização da Cultura castreja foi elaborada, durante muito tempo, com base em achados sem contexto, que se distribuíam em quadros cronológicos presumidos basicamente a partir de factos históricos, fossem eles as migrações indo-europeias, a expedição de *D. Junius Brutus*, ou a pacificação de Augusto¹¹. Estes serviam simultaneamente para explicar o povoamento e pautar a evolução cultural do NO peninsular.

A situação periférica desta região justificava os arcaísmos de certos aspectos da cultura material, tão avaros de informação cronológica, bem como o seu atraso tecnológico em relação a outras áreas culturais, sobretudo no que respeita à tardia vulgarização do ferro¹²: o NO afirmava-se como uma região relativamente isolada e marginal, na qual apenas alguns achados deixavam perceber influxos continentais e mediterrânicos. Se aos primeiros se adequava um modelo explicativo de tipo migracionista de populações em deslocação desde a Europa Central, pelos Pirinéus e Meseta, já as influências meridionais eram sobretudo explicadas por imigração de populações originárias do Sul da península, ou por comércio, recentemente mais valorizado em função da descoberta de produtos mediterrânicos na orla litoral do NO¹³.

⁹ Nesta linha inserem-se as recentes contribuições de A. Tranoy (1981) e A. C. da Silva (1986).

¹⁰ Salientamos como excepções os trabalhos realizados entre 1944/46 no Castro de Cameixa, em Orense, que podem ser considerados como as primeiras escavações com resultados estratigráficos documentados num castro do NO peninsular (LOPEZ CUEVILLAS e LORENZO FERNANDEZ 1948, 288-305; LOPEZ CUEVILLAS 1952) e os trabalhos de C. Hawkes em Sabroso, Guimarães (CARDOSO 1958, 439-454). Estas duas estações representaram até aos anos setenta uma referência obrigatória para situar a evolução dos castros, sendo valorizadas ainda em sínteses recentes (TRANOY 1981; HAWKES 1984, 187-193).

¹¹ É essa a estrutura que preside à fixação da cronologia nas propostas de Blanco Freijeiro (1960, 179-195), M. Cardoso (1962, 5-37), ou ainda noutras mais recentes (MALUQUER DE MOTES 1975, 269-284; ACUÑA CASTROVIEJO 1977, 235-253; TRANOY 1981; SILVA 1983-84, 121-129; HAWKES 1984, 187-193).

¹² Embora se aceite o conhecimento do ferro no NO desde meados do 1º milénio a.C., pelo menos atendendo à cronologia dos punhais de antenas (SCHÜLE 1969, 81-89; RUIZ GALVEZ PRIEGO 1980, 85-111; 1984), constata-se a sua tardia vulgarização, uma vez que ele é pouco expressivo anteriormente aos finais daquele milénio (ACUÑA CASTROVIEJO 1976, 325-330; SILVA 1986; MARTINS 1987).

¹³ A identificação de fragmentos de cerâmicas púnicas, gregas e campanienses, em povoados do litoral do NO (HIDALGO CUÑARRO 1984, 371-387; SILVA 1986, 135-136; CARBALLO

Este quadro de conhecimentos manteve-se praticamente até aos anos 70, altura em que o estudo dos castros sofre um considerável incremento, quer em Portugal, quer na Galiza. Vários aspectos parecem concorrer então para uma renovação das pesquisas: o aparecimento das primeiras datas de C14, que ampliam a cronologia de ocupação dos povoados; a realização de escavações com metodologias mais rigorosas; a valorização da cerâmica como elemento de datação relativa; os estudos tipológicos de vários materiais, que permitiram, em muitos casos, a sua revisão cronológica.

Será justo considerar que a investigação mais recente se apoia nos primados da cronologia e da tipologia dos objectos, sem dúvida uma etapa fundamental na evolução dos conhecimentos. Dela transparece um notável esforço em organizar e sistematizar os dados acumulados ao longo de praticamente um século de pesquisas, recorrendo aos resultados de novas escavações. No entanto, não se questionaram ainda as asserções que presidiram ao longo de décadas à estruturação do conhecimento sobre os castros do NO: seja a aceitação tácita de uma Cultura castreja, entendida como área geográfica e cultural homogénea; seja a valorização de dados históricos para pautar as grandes etapas de desenvolvimento cultural; seja ainda o recurso aos fenómenos de migração e difusão para explicar as alterações do registo arqueológico e a evolução cultural.

Concebidos inicialmente como uma manifestação inserida na 2ª Idade do Ferro europeia, os castros viriam a revelar, a partir de recentes escavações, uma cronologia bem mais antiga. A articulação de achados do Bronze Final com estes habitats e a identificação de materiais reportáveis a esse período nalguns deles, permitiram estabelecer uma ponte entre dois universos culturais, até então tão individualizados, quanto divorciados: o Bronze Final Atlântico e a Cultura castreja¹⁴. Enquadrava-se deste modo a florescente metalurgia do

ARCEO 1987, 141-142), tem levado a uma valorização de contactos marítimos entre o Mediterrâneo e o NO, sublinhando uma via de penetração de influências técnicas e estilísticas perceptíveis sobretudo na ourivesaria.

¹⁴ Embora a maioria dos investigadores tenha sublinhado que os castros representavam uma certa continuidade cultural em relação ao período anterior, só a partir da década de 70 se começa a recuar a cronologia da Cultura Castreja (MALUQUER DE MOTES 1975, 269-284; CALO LOURIDO e SIERRA RODRIGUEZ 1983, 19-85; ALMEIDA 1983, 70-74). Para o efeito contribuíram as escavações que forneceram achados atribuíveis ao Bronze Final, como as do Castro de O Neixón Pequeno (ACUÑA CASTROVIEJO 1976, 325-330), Santo Estevão da Facha (ALMEIDA *et alii* 1981), Castromao (FARIÑA BUSTO *et alii* 1983, 116-126), as primeiras datas de C14, como as do castro do Borneiro, na Coruña (EIROA 1973, 48) e Penarrubia (ARIAS VILLAS 1979, 613-622) e a revisão de achados metálicos do Bronze Final, aparecidos fora de contexto (KALB 1980, 25-29; RUIZ GALVEZ PRIEGO 1984; COFFYN 1985). A estes dados acrescente-se os resultados das escavações do povoado da Senhora da Guia, Baiões (KALB 1978, 112-138), e, mais recentemente, as do Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986), S. Julião e Barbudo, Vila Verde (MARTINS 1987; 1988a; 1989), cuja cronologia e materiais servem de indicadores para referenciar a ocupação do Bronze Final de vários povoados fortificados do NO.

bronze do NO, conhecida sobretudo por achados soltos, definindo-se simultaneamente, uma fase de formação da Cultura castreja, anterior ao séc. V a.C., altura a partir da qual as características mais evidentes dos castros (muralhas e casas de pedras) teriam emergido em conexão com uma cultura material original, com traços de reconhecida influência continental e mediterrânica.

A cronologia de ocupação dos castros foi assim consideravelmente ampliada, passando a abarcar praticamente todo o 1º milénio a.C. No entanto, tal ampliação, hoje aceite pela generalidade dos investigadores, levanta várias questões que não foram minimamente discutidas. Entre outras podemos apontar: a impropriedade do termo castro aplicado aos povoados com ocupação do Bronze Final, nos quais não se reconhecem quaisquer estruturas pétreas¹⁵, a existência de acentuados desfasamentos cronológicos na ocupação dos povoados, sendo alguns abandonados ainda no Bronze Final, enquanto que outros parecem conhecer uma longa sequência de ocupação¹⁶; a existência de uma considerável variabilidade na organização e estrutura dos povoados, eventualmente reveladora de tradições culturais diferenciadas¹⁷ e de uma adaptação multiforme à geomorfologia do NO.

Questão não menos importante é a que se prende com a formalização de quadros evolutivos generalizáveis ao conjunto do NO, que subentende uma aceitação implícita da unidade cultural do 1º milénio a.C., naquela vasta região. De facto, embora alguns autores reconheçam a existência de uma área meridional da Cultura castreja, basicamente deduzida da estatuária e da cerâmica¹⁸, nunca se questionou se o conceito de Cultura castreja seria

¹⁵ O termo castro foi inicialmente aplicado a povoados fortificados com ocupação da Idade do Ferro, que manifestavam um evidente aparato defensivo, traduzido por vários circuitos de muralhas e por uma arquitectura residencial particular, que compreendia casas de pedra de planta circular ou oval, por vezes com vestíbulo. A tardia expressão destas características, em grande número de povoados, justificaria pelo menos uma reflexão quanto à validade deste conceito, uma vez que ele é usado para designar realidades bastante diferentes, nomeadamente topográficas, culturais e cronológicas.

¹⁶ Entre os que parecem ser abandonados podemos referir os casos de Castelo de Matos, Baião (QUEIROGA 1984, 110-113), Alto da Caldeira, Baião (JORGE 1981, 67-76), Sra. da Guia, Baiões, Beira Alta (KALB 1978, 111-138), Penalba, Pontevedra (ALVAREZ NUÑEZ 1986) e Penarrubia, Lugo (ARIAS VILLAS 1979, 613-622). Dos que conhecem continuidade de ocupação serão de destacar, entre outros, os casos de Sto. Estevão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA *et alii*, 1981), Faria, Barcelos (ALMEIDA 1982, 79-88), Monte do Padrão, Santo Tirso (MARTINS 1985, 217-230), Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986), S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1988a) e Santa Marta da Falperra, Braga (dados inéditos).

¹⁷ Referimo-nos concretamente às diferenças no tipo de estruturas defensivas e domésticas do Bronze Final. No Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986), assinalam-se estruturas pétreas desde cedo, enquanto que em S. Julião, Vila Verde, encontramos simples cabanas, definidas por toscos alinhamentos de pedras, cercadas por uma muralha de terra e por um fosso (MARTINS 1988a).

¹⁸ Esta área é referida por C. A. Ferreira de Almeida (1974a, 171-197; 1981, 111-116; 1983, 70-74; 1986, 161-172), tendo por base a repartição da estatuária antropomórfica e a cerâmica e por A. C. da Silva (1986), que valoriza ainda outros critérios, nomeadamente o desenvolvimento atingido pelos povoados da região do NO português.

adequado para caracterizar a evolução cultural de todo o NO, no último milénio antes da nossa era.

E, no entanto, não é difícil percebermos diferenças marcantes entre regiões, quer no âmbito da cultura material, quer nos sistemas de defesa, quer ainda na organização dos povoados. Mesmo aceitando-se que a unidade da Cultura castreja repouse basicamente no tipo de habitat, o que é manifestamente insuficiente à luz do que seria necessário para definir uma Cultura no sentido antropológico do termo, teremos que reconhecer a existência de acentuadas discrepâncias entre povoados, em termos topográficos e estruturais, que afastam por completo os castros da região do Minho, daqueles que conhecemos, por exemplo em Trás-os-Montes.

Os raros estudos regionais, que se cingem no território português às bacias fluviais da província do Minho¹⁹, mostram, entretanto que os povoados desta área ocidental oferecem também uma notável variedade topográfica e cronológica, que se alarga a outras manifestações culturais, nomeadamente àquelas consideradas tradicionalmente como mais típicas do habitat castrejo, sejam as fortificações, ou as casas²⁰. O confronto dos dados disponíveis, embora escassos, permite perceber diferenças e assimetrias cronológicas nos sistemas de construção, que dificultam a aceitação de critérios gerais à escala de vastas regiões.

Por outro lado, verifica-se que os esquemas evolutivos propostos para esta cultura continuam a valorizar, em termos de periodização, certos factos de natureza histórica, sobretudo migrações e batalhas²¹, cujo impacto nunca foi devidamente discutido. Recorre-se mais às consequências de presumíveis factores exógenos, cuja incidência poderia ter sido circunscrita, do que à dinâmica interna de toda uma vasta região. Nega-se deste modo a própria vitalidade das comunidades, aceitando-se implicitamente que o NO só evoluiu por impulsos externos, resultem eles de imigração ou contactos²².

¹⁹ Em particular os que abordam as bacias do Minho (MARQUES 1984), do Lima (ALMEIDA 1987) e do Cávado (MARTINS 1987).

²⁰ Referimo-nos ao polimorfismo das defesas em vários povoados da bacia do Cávado, em períodos cronológicos semelhantes (MARTINS 1987), ainda mais acentuado se comparado com o que se conhece nos vales do Minho e Ave (SILVA 1986). Também no que respeita ao sistema de construção das casas verificamos acentuados desfasamentos cronológicos, nomeadamente na utilização da pedra. Esta parece ser bastante antiga no povoado do Coto da Pena (SILVA 1986), remontando aí ao Bronze Final. Já no povoado de Sto. Estevão da Facha datará do séc. IV a.C. (ALMEIDA *et alii* 1981), não sendo anterior ao séc. II a.C. nos povoados de S. Julião e Barbudo, no vale do Cávado (MARTINS 1987; 1988a; 1989).

²¹ Cfr. nota 11.

²² Este modelo de abordagem da evolução cultural, que dominou a interpretação arqueológica a nível europeu durante boa parte do séc. XX, tem sido criticado por vários autores, que vêm sublinhando a necessidade de se valorizarem os factores internos de mudança na explicação da transformação cultural (BINFORD 1964; CLARKE 1968; SHERRAT 1973; RENFREW 1973; 1977, 59-112; 1982; HODDER 1978; 1982; SHENNAN 1978, 113-140).

Uma das razões que justifica esta posição decorre talvez do escasso número de sítios escavados com metodologias aceitáveis. Como exemplo, bastará referir que do cômputo global de castros apresentado por A. C. da Silva para o Norte de Portugal, incluindo apenas a região a Norte do Douro, que se cifra em 825, apenas uma escassa meia centena foi objecto de escavações recentes, que usaram a estratigrafia como meio de estabelecer a evolução dos sítios²³. Mas mesmo desses não dispomos, na maioria dos casos, senão de curtas notícias, escasseando os estudos monográficos publicados. Não dispomos, por conseguinte, à escala do Norte de Portugal, de elementos suficientes ou minimamente divulgados, para estabelecer a evolução dos povoados e da sua cultura material, sendo praticamente impossível comparar sequências de diferentes estações. Esta situação favorece necessariamente uma manipulação abusiva, tanto de dados históricos, como de certos achados, em prejuízo da evidência arqueológica.

Os dados disponíveis, mesmo para as regiões mais sistematicamente estudadas, como o Entre-Douro-e-Minho, são ainda parcelares, quer à escala regional, quer inter-regional. Mas outras áreas existem onde esses estudos são praticamente inexistentes, como acontece com a quase totalidade do território transmontano²⁴. Neste sentido, e no quadro dos conhecimentos actuais, não nos parece existirem elementos que demonstrem uma unidade cultural evidente, nem um quadro evolutivo comum à escala de amplas regiões.

O reconhecimento de uma variabilidade no âmbito da organização dos povoados, que se estende a outros aspectos da cultura material e que necessita de ser valorizada, questiona necessariamente as visões de síntese e revela a fragilidade dos modelos interpretativos usados para definir a evolução cultural do NO. É este o quadro que permite delinear novas perspectivas de investigação, que terão de ser construídas com base nos dados disponíveis, mas apelando a novas metodologias de trabalho, a uma pesquisa interdisciplinar e a uma maior regionalização dos problemas.

Um importante ponto de partida poderá residir na aceitação de que o NO não constitui uma unidade geográfica orgânica, sendo antes uma região com diferentes ecologias e recursos, que terão condicionado de modo distinto a evolução das comunidades do 1º milénio a.C.. E, embora o relevo do NO não ofereça barreiras intransponíveis, sendo de presumir uma natural mobilidade

²³ Incluímos neste cômputo o estudo dos povoados de Romariz, Terroso, Coto da Pena, Briteiros, Sabroso e Sanfins, que embora não organizado de forma monográfica, foi apresentado globalmente na tese de doutoramento de A. C. Silva (1986). Fora estes casos, temos os estudos de Monte Mózinho (ALMEIDA 1974b; 1977; SOEIRO 1984), de Sto. Estevão da Facha (ALMEIDA *et alii* 1981), de S. Julião, Barbudo e Lago, no vale do Cávado (MARTINS 1987; 1988a; 1988b; 1989) e ainda aqueles que C. A. Brochado de Almeida realizou em povoados da bacia do Lima, incluídos num trabalho de conjunto (ALMEIDA 1987).

²⁴ Aí apenas possuímos referências ao povoado de S. Juzenda, Mirandela (HÖCK 1980, 55-70; 1986) e ao do Muro da Pastoria, Chaves (SOEIRO 1985-86, 21-28).

das populações, favorável ao desenvolvimento de traços culturais comuns, a verdade é que tudo indica estarmos perante uma região aberta a influências muito diversificadas, que não terão que ser generalizáveis, necessariamente, a áreas muito amplas. Mas, independentemente das influências exteriores que marcaram a evolução tecnológica das comunidades, será de esperar que a vida das populações, a sua economia, ou a sua mentalidade possam ter conhecido um desenvolvimento diferenciado, apesar do seu tipo de habitat ser semelhante.

Mais do que uma realidade cultural única, entendida como traço recorrente de uma Cultura, ou período cronológico, os povoados fortificados do NO parecem traduzir uma modalidade de ocupação bem adaptada aos seus condicionamentos geográficos.

O QUADRO DOS PROBLEMAS

1. Questões de metodologia

As questões que se levantam ao estudo das comunidades pré e proto-históricas estão intimamente relacionadas com os modelos interpretativos usados pelos investigadores, sejam eles explicitados ou não. Por outro lado, elas dependem da escala de abordagem dos fenómenos, sendo evidente que as questões que se colocam na macro-escala não têm muitas vezes qualquer sentido no âmbito de estudos regionais ou de sítio.

Sem pretendermos discutir aqui a validade dos modelos interpretativos usados em Arqueologia, ou a pertinência das questões que têm sido tradicionalmente colocadas ao estudo dos castros, gostaríamos de sublinhar a necessidade de se definirem diferentes níveis de análise, aos quais correspondem problemas específicos.

Tal formalização parece tanto mais óbvia, quanto verificamos que a investigação dos castros tem descurado sistematicamente os estudos de carácter monográfico e regional. Trata-se de uma grave limitação, sobretudo se confrontarmos os avanços realizados noutros países, no âmbito da interpretação das relações estruturais, ao nível dos sítios, e da dinâmica das comunidades, em longos períodos de tempo, em termos de estudos regionais.

Muito embora exista um número razoável de povoados escavados de forma extensa, é um facto que pouca atenção tem sido votada ao seu estudo sistemático. As razões que justificam tal atitude prendem-se com a complexidade estratigráfica destas estações, ocupadas muitas delas ao longo de séculos e com a sua dimensão. No entanto, tais dificuldades não deverão inviabilizar uma tentativa séria de reconstituição antropológica dos sítios. Ela será exequível pelo menos nalgumas fases, nomeadamente nos finais do 1º milénio

a.C., momento em que um registo arqueológico mais expressivo favorece análises detalhadas da organização espacial das comunidades²⁵.

No entanto, não se esgotam aí as questões que se relacionam com o estudo dos sítios. Cada povoado possui uma história própria, sendo necessário definir a sua cronologia e evolução. As características de cada fase devem ser valorizadas em termos de relações dinâmicas entre construções, objectos e recursos, sendo imprescindível que se precisem as suas áreas funcionais, bem como as estruturas de organização económica e social dos povoados. Os problemas suscitados numa abordagem a este nível exigem, naturalmente, escavações extensas, em área, e uma metodologia rigorosa que permita a recuperação das múltiplas inter-relações que definem uma ocupação, nomeadamente no âmbito da cultura material, da economia, dos recursos, do território e da estrutura social.

Um outro nível de abordagem deverá compreender como entidade de análise a região com características homogéneas. Embora crescentemente valorizados, os estudos regionais têm-se circunscrito praticamente à formulação de quadros cronológicos. Todavia, eles possibilitam uma grande variedade de observações, permitindo perspectivar as esferas de interacção entre os povoados em termos diacrónicos e sincrónicos. Uma vez que as questões que se colocam estão agora relacionadas com a articulação dos povoados entre si e destes com a região, importará definir padrões de comportamento no âmbito da escolha dos sítios, da exploração dos recursos, da circulação de produtos e informações, da definição dos territórios e da hierarquização entre os diferentes povoados.

As abordagens a este nível implicam intervenções complexas que articulam prospecções, escavações e estudos ambientais. No entanto, a recuperação do significado de um povoamento estruturado em habitats fortificados, cruzando um amplo período cronológico e diferentes etapas tecnológicas, no qual assistimos ao desenvolvimento de sociedades complexas, poderá depender em grande medida de um investimento considerável neste tipo de trabalhos.

Um último nível de abordagem compreende como objecto de estudo a área habitualmente considerada como nuclear da Cultura castreja. As questões que se colocam nesta escala são em grande medida aquelas que têm sido tradicionalmente abordadas: especificidade cultural do NO no contexto peninsular; composição étnica; influências exógenas na cultura material. No entanto, a análise de tais questões beneficiaria seriamente com bons estudos regionais, pois só estes podem permitir a definição de fronteiras culturais, ou até mesmo étnicas.

É nesta escala que se poderá entender a organização sócio-económica das comunidades do Bronze Final e o impacto que o fim dos corredores de

²⁵ O único autor que tentou proceder a uma análise deste tipo foi Armando C. da Silva, limitada contudo à citânia de Sanfins (SILVA 1986).

circulação do bronze terá tido no desenvolvimento da região. Será ainda neste nível que importará observar se a repartição dos povos referidos pelos autores clássicos tem definição no registo arqueológico, ou seja, se a etnicidade representa um padrão de comportamento comum a um determinado grupo, ao ponto de se traduzir na cultura material. É também nesta esfera de interpretação que os regionalismos tecnológicos e culturais ganham pleno sentido e que podemos compreender a dinâmica diferenciada do processo de romanização do NO peninsular.

2. A evolução cultural do 1º milénio a.C.: alguns problemas

Não iremos abordar aqui o universo cultural do 1º milénio a.C. perspectivado em termos de formação e desenvolvimento da Cultura castreja, como é habitualmente feito pela generalidade dos investigadores, pois julgamos que o estado dos conhecimentos não favorece de momento uma avaliação correcta dos traços de unidade cultural na região do NO. No entanto, aceitamos que o carácter parcelar e truncado dos dados disponíveis torne necessário o recurso a uma sistematização de tipo culturalista, sobretudo se considerarmos as dificuldades em precisar quadros evolutivos em termos de Bronze Final/Idade do Ferro, atendendo à escassez e tardia generalização daquele último metal.

De qualquer modo entendemos que as sequências evolutivas propostas mais recentemente²⁶ deverão ser olhadas como ponto de partida, mas nunca como um pressuposto de uma unidade cultural demonstrada, na qual podem ser ordenados os vestígios que são descobertos.

Parece-nos, por isso, mais aceitável traçar a evolução cultural do 1º milénio a.C. em termos de grandes fases, ou mesmo em termos tecnológicos, sem recorrer a designações de tipo cultural.

Por outro lado, consideramos ser incorrecta a aplicação do termo castro a todos os povoados do 1º milénio a.C. que manifestam preocupações defensivas, sejam ou não fortificados. Como já salientámos anteriormente as características que tipificam o castro constituem uma realidade tardia na evolução cultural do Noroeste. E, ainda que alguns possam ter conhecido mais cedo que outros essas manifestações, elas não podem ser generalizadas, por ora, a qualquer momento cronológico preciso, uma vez que os dados disponíveis apontam para consideráveis distorções cronológicas na generalização da arquitetura em pedra²⁷.

²⁶ Em especial F. Fariña Busto *et alii* (1983, 116-126), C. A. Ferreira de Almeida (1983, 70-74), A. C. da Silva (1986) e M. Martins (1987).

²⁷ Esse quadro de diversidade foi constatado, por exemplo, no vale do Cávado (MARTINS 1987), tendo-se verificado que apenas na fase III os povoados se estruturam por padrões mais ou menos semelhantes.

Postas estas considerações passamos a discutir alguns problemas que entendemos pertinentes, em termos da evolução cultural do 1º milénio a.C.. Eles colocam-se sobretudo no âmbito de estudos de carácter regional e de sítio e têm por base os resultados mais relevantes dos trabalhos dos últimos anos.

1. A primeira questão que se coloca ao estudo do povoamento do 1º milénio a.C. relaciona-se com o fenómeno da emergência dos habitats fortificados no quadro da evolução cultural da região do NO. Com efeito, a investigação arqueológica mais recente permitiu verificar que os inícios daquele milénio correspondem a um momento de alteração da estratégia de ocupação do território. Se por um lado se constata a existência de povoados abertos, sem delimitação espacial evidente, caracterizados essencialmente por estruturas perecíveis e larga quantidade de fossas²⁸, verificamos, também, a emergência de um tipo de habitat que assinala preocupações estratégicas e defensivas dominantes, complementadas, por vezes, por um investimento na construção de defesas artificiais²⁹. Ambos os tipos de povoados revelam descontinuidade em relação ao povoamento anterior³⁰. No entanto, desconhecemos até que ponto o fenómeno é sincrónico em amplas áreas do NO, ou em que medida ele comporta acentuados desfasamentos cronológicos.

Será difícil compreender o aparecimento dos primeiros povoados fortificados, no quadro do Bronze Final, sem os inserir numa continuidade de ocupação do território. Aparentemente a dicotomia povoados abertos/povoados com preocupações defensivas poderá traduzir a sobrevivência de um tipo de habitat, característico do IIº milénio a.C., num momento em que parece emergir uma clara necessidade de definição territorial por parte de algumas

²⁸ Com excepção do povoado de Pedroso, Celorico de Basto, cujos resultados foram apenas sumariamente noticiados (LEMONS *et alii* 1981) e do da Colina de Maximinos, em Braga, apenas parcialmente escavado, este tipo de estações está sobretudo documentado na Serra da Aboboreira onde tem vindo a merecer uma particular atenção dos investigadores desde 1978 (GONÇALVES *et alii* 1978; 1980; JORGE 1988).

²⁹ Os únicos sítios em que se observou com clareza a existência de defesas associadas a uma ocupação do Bronze Final estão representados por S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1988a) e Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986). Em muitos outros, como Barbudo, Vila Verde (MARTINS 1989), Monte do Padrão, Santo Tirso (MARTINS 1985, 217-230), Sto. Estevão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA *et alii* 1981), ou Castelo de Matos, Baião (QUEIROGA 1984, 110-113), essas defesas não foram ainda observadas.

³⁰ Tem-se verificado a ocorrência de cerâmicas profusamente decoradas, datadas do Calcolítico e Bronze Inicial, em locais onde se instalam, no Bronze Final, povoados com preocupações defensivas, nomeadamente em Faria, S. Julião e Póvoa de Lanhoso, no vale do Cávado, Sta. Marta da Falperra, Briteiros e Sabroso, no vale do Ave e Vila Pouca de Aguiar, no vale do Corgo (JORGE 1986). No entanto, é desconhecida qualquer evidência de ocupação atribuível ao Bronze Médio neste tipo de estações. São igualmente desconhecidos vestígios anteriores ao Bronze Final em povoados de fossas (JORGE 1988).

comunidades³¹. Estas revelam ainda preocupações evidentes pelo controlo estratégico das bacias fluviais, que passam a desempenhar um papel mais relevante na estrutura do povoamento do NO³².

Os escassos dados que possuímos para compreender o povoamento no contexto do Bronze Final são contudo ainda parcelares, referindo-se a regiões um pouco distanciadas. Com efeito, os povoados fortificados estão assinalados sobretudo ao longo dos principais vales fluviais do Minho³³, enquanto que os povoados abertos têm sido investigados, quase exclusivamente, na Serra da Aboboreira³⁴.

A comparação destas duas realidades levanta assim vários problemas de âmbito cronológico, económico e cultural. Ignoramos até que ponto a sincronia dos dois tipos de povoados não representará um regionalismo, ou seja, em que medida os povoados abertos não terão sido abandonados mais cedo numas zonas do que noutras. Com efeito, é possível que o aparecimento de povoados em cabeços de média altitude, bordejando os vales, obedecendo a ditames estratégicos e defensivos, resulte de um abandono generalizado de áreas de montanha, onde a prática agrícola poderia ter desempenhado anteriormente um papel significativo, em benefício agora de uma economia mais diversificada, na qual o pastoreio poderia representar a principal fonte de aprovisionamento alimentar. Por outro lado, não podemos ignorar a existência de uma certa diversidade de estilos cerâmicos nos dois tipos de povoados, ainda que seja possível encontrar alguns que são comuns³⁵. As manifestações cerâmicas do Bronze Final parecem mesmo assinalar tradições culturais diferenciadas, ainda que subentendam também uma forte interacção de âmbito regional.

³¹ Os objectivos da defesa são complexos podendo ligar-se à organização do território (MARTIN 1972, 436; ROWLANDS 1972, 447-462) e à centralização do poder (CHAMPION 1982, 61-66), traduzindo também situações de competição entre comunidades (CHAMPION E CHAMPION 1986, 60-62).

³² A situação topográfica da generalidade dos povoados com ocupação do Bronze Final, distribuídos ao longo dos grandes vales fluviais, é de clara dominância sobre a região envolvente, sendo frequente que ocupem remates de esporão (MARTINS 1987).

³³ Entre aqueles que foram escavados e noticiados encontram-se os povoados do Coto da Pena, no vale do Minho (SILVA 1986), Sto. Estevão da Facha, no vale do Lima (ALMEIDA *et alii* 1981), Faria (ALMEIDA 1982, 79-88), Roriz (ALMEIDA e SOEIRO 1980, 32-35), S. Julião (MARTINS 1988) e Barbudo (MARTINS 1989), no vale do Cávado e Monte do Padrão (MARTINS 1985, 217-230), no vale do Ave.

³⁴ V. nota 28.

³⁵ A análise das cerâmicas de diferentes estações, com ocupação do Bronze Final, fornece-nos um quadro estilístico heterogéneo, que entrecruza vários tipos de cerâmicas, nomeadamente de largo bordo horizontal (JORGE 1988), cerâmicas com decoração em cordões (JORGE 1988; GONÇALVES 1981, 77-81), cerâmicas com decoração tipo «Baiões» (JORGE 1988; MARTINS 1987; 1988a; 1989), cerâmicas carenadas, habitualmente designadas por tipo «Alpiarça» (ALMEIDA e SOEIRO 1980, 35, Est. IV, 1-3; ALMEIDA *et alii* 1981, fig. 3); (QUEIROGA 1984, 110-113, fig. 11; MARTINS 1985, 220, Est. III; SILVA 1986, 118-122) e cerâmica Boquique tipo Cogotas I (MARTINS 1985, Est. V; JORGE 1988).

O significado da diversidade cultural e possivelmente económica que transparece da sobreposição de duas realidades de povoamento distintas, no quadro do Bronze Final do Noroeste português, dificilmente pode ser avaliado correctamente, em função dos escassos dados disponíveis e da evidente distância entre os sítios a que se referem actualmente.

Seria fundamental que se procurasse questionar estes problemas em projectos de âmbito regional, tendo por base uma investigação consequente nos dois tipos de povoados, de modo a definir as suas sincronias e esferas de interacção.

2. A segunda questão relaciona-se com o problema de continuidade/descontinuidade de ocupação dos povoados do 1º milénio a.C..

Alguns povoados com preocupações defensivas dominantes, instalados no Bronze Final, não parecem conhecer uma ocupação muito prolongada³⁶. Outros existem porém, fundados na mesma época, que aparentam possuir uma notável continuidade de ocupação, ao longo de todo o 1º milénio a.C., sobrevivendo, por vezes, até momentos avançados dos tempos históricos³⁷.

A explicação desta dicotomia não se afigura fácil, tendo em conta que lidamos com dados obtidos em áreas diferentes, com resultados muito parcelares e com cronologias ainda grosseiras.

O estudo dos povoados que parecem conhecer continuidade de ocupação entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, revela uma alteração do registo arqueológico em meados do 1º milénio a.C., que afecta as áreas ocupadas, as estruturas e a cultura material, que se torna de um modo geral mais pobre³⁸. Aparentemente o colapso da metalurgia do bronze parece ter afectado bastante desigualmente as comunidades, levando nalguns casos ao próprio abandono dos povoados e noutros, unicamente a alterações visíveis de âmbito tecnológico e económico.

Mas as motivações para a continuidade de uns e o abandono de outros, podem ser complexas e multicausais, prendendo-se com as potencialidades oferecidas por diferentes ecologias e com o grau de organização atingido pelas comunidades nos finais da Idade do Bronze. Aparentemente os povoados que conhecem uma longa sequência de ocupação localizam-se em locais que favoreciam o controlo de recursos variados, que seriam explorados em esporões, vertentes e vales. No entanto, desconhecemos em que medida a diversidade de fontes de aprovisionamento alimentar terá sido a condição fundamental que justifica a longa sobrevivência de alguns povoados.

³⁶ Cfr. nota 16.

³⁷ Cfr. nota 16.

³⁸ Esta é a panorâmica geral da maioria dos povoados neste período, excepção feita àqueles que, mais próximo da orla litoral, foram tocados por alguns produtos exteriores (ALMEIDA *et alii* 1981; SILVA 1986).

Não podemos deixar de sublinhar que as sequências de ocupação dos séculos VII/VI/V a.C. são bastante mal conhecidas, correspondendo-lhes um registo arqueológico pouco expressivo na maioria dos povoados. As dificuldades em caracterizar este período são agravadas pela ausência de datações por C14, pelo desaparecimento quase total de objectos metálicos e pela alteração da cerâmica. Só o estabelecimento de cronologias mais finas permitirá a formulação de um quadro evolutivo relativamente seguro, pois nada obsta a que alguns povoados, que parecem conhecer longas sequências de ocupação, tenham sido de facto abandonados temporariamente, ainda que por curtos períodos de tempo.

De qualquer modo, será desejável que se ampliem os conhecimentos, que se afinem os quadros cronológicos e, sobretudo, que se confrontem resultados fornecidos por regiões com características homogéneas.

3. Uma outra questão diz respeito à diversidade topográfica e cronológica dos povoados fortificados, que parece definir uma estrutura hierárquica no povoamento, representativa do sistema de organização das comunidades do 1º milénio a.C..

Os trabalhos dos últimos anos permitiram constatar a existência de diferentes tipos de povoados fortificados que correspondem a etapas distintas na ocupação sistemática das bacias fluviais, documentando um aproveitamento inteligente do relevo característico dos grandes vales do Minho: esporões, colinas e pequenos cabeços.

Os mais antigos, e simultaneamente os mais duradouros em termos de ocupação, são sobretudo povoados de esporão, situando-se sempre em locais com um assinalável controlo geo-estratégico sobre os vales³⁹. Ocupados normalmente desde o Bronze Final, parecem manter-se ao longo de todo o 1º milénio a.C., atingindo uma extensão e desenvolvimento consideráveis, num período que medeia entre o séc. I a.C. e o séc. I da nossa era. A maioria destes povoados sobrevive à romanização, sendo o seu abandono bastante variável em termos de cronologia. Embora a sua base económica possa ter variado ao longo dos séculos, será de admitir que o acesso a recursos diversificados e complementares tenha constituído uma condição fundamental para a sua sobrevivência.

Encontramos ainda povoados de colina, desligados da montanha, aparentemente mais dependentes dos recursos do vale. A sua origem não parece anterior a meados do 1º milénio a.C., mas a cronologia deste tipo de povoados terá que ser melhor documentada. No entanto, eles não parecem conhecer uma

³⁹ No vale do Cávado encontramos vários povoados nestas condições (MARTINS 1987, 914-929). No entanto, podemos observar o mesmo tipo de povoados no vale do Ave, como é o caso de Sta. Marta da Falperra, Braga, ou Monte do Padrão, Santo Tirso.

romanização intensa, sendo de presumir que o seu abandono possa situar-se predominantemente no séc. I da nossa era.

Um terceiro grupo de povoados ocupa pequenos cabeços, localizados em pleno vale, oferecendo uma topografia e organização específicas. Parecendo documentar uma forma de exploração sistemática dos vales, constata-se que a cronologia da sua implantação, bem como do seu abandono é bastante variável segundo as regiões⁴⁰.

Seria importante verificar se este padrão de povoamento, observado por exemplo no vale do Cávado, se repete noutras zonas e se efectivamente esta tipologia de povoados obedece a parâmetros cronológicos mais ou menos homogêneos. Se assim fosse, estaríamos perante uma correlação importante (topografia/recursos/cronologia), que poderia permitir avaliar o problema da territorialidade dos povoados, bem como a sua presumível hierarquia.

4. A quarta questão diz respeito à evolução cultural do 1º milénio a.C., constatada a partir do registo arqueológico dos últimos anos.

Os povoados que parecem registar continuidade de ocupação revelam a existência de longas sequências de estabilidade e momentos de alteração da cultura material. Estes últimos podem ser situados provisoriamente em meados do 1º milénio a.C. e nos finais do séc. II a.C..

Assim, a primeira metade daquele milénio, embora registando uma certa variabilidade da cerâmica entre estações de tipo diferente, caracteriza-se, nos povoados fortificados, por uma certa estabilidade, que se traduz na ocupação dos mesmos espaços e por uma cerâmica, cujos estilos, formas e técnicas parecem manter-se ao longo de alguns séculos⁴¹. Tudo indica que a componente agrícola destas comunidades tenha sido importante na alimentação, a avaliar por achados paleobotânicos⁴² e pela concentração sempre significativa de mós nos níveis de ocupação deste período.

Num momento que fixamos a título provisório em meados do 1º milénio a.C. regista-se o aparecimento de novos tipos de cerâmica, uma restrição do reportório de formas e uma notável escassez de produtos indicadores da existência de trocas, em particular de metal⁴³. Esta mudança faz-se acompanhar, pelo menos nalguns povoados, por uma alteração das áreas de ocupação e pela construção de novos recintos defensivos. O quadro fornecido pelo registo arqueológico denota agora uma maior auto-suficiência das comunidades

⁴⁰ Veja-se a este propósito C. A. Brochado de Almeida (1987) e M. Martins (1987).

⁴¹ Veja-se por exemplo, as sequências de cerâmica de S. Julião I (MARTINS 1988a).

⁴² Nomeadamente trigo, milho miúdo, cevada, ervilhas e favas, no povoado de Sra. da Guia, Baiões, Beira Alta (SILVA 1976), trigo, ervilhas e favas, no Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986, 34, nota 187, 112) e sementes de cereais, em Penalba, Pontevedra (ALVAREZ NUÑEZ 1986, 81).

⁴³ Veja-se a este propósito A. Castroviejo (1976, 325-330), A. C. da Silva (1986) e M. Martins (1987; 1988a; 1989).

e um empobrecimento da cultura material, que caracteriza o período situado entre o séc. VI/V a.C. e o séc. II a.C.

A partir daquele último século observa-se um significativo desenvolvimento tecnológico e económico dos povoados, à escala de uma vasta região⁴⁴. Ele vai traduzir-se pelo reordenamento de áreas habitacionais e pela construção e ampliação das muralhas, erguidas agora com notável aparato. No âmbito da cultura material assistimos a uma maior diversificação técnica e morfológica da cerâmica, que regista a utilização da roda de oleiro, a uma maior produção e circulação metálica⁴⁵. Tudo indica que as comunidades são agora estruturas sociais complexas, centralizadas e estratificadas, com um alto grau de coesão a nível regional, inserindo-se em quadros territoriais e sócio-políticos relativamente vastos, que aparecem prefigurados na hierarquia dos *castella* e *populi*, à data da sua integração no mundo romano⁴⁶.

Este quadro evolutivo tem sido sistematizado por vários autores, sendo possível dividi-lo em três grandes fases (I, II e III)⁴⁷. Os momentos de alteração do registo arqueológico acima referidos têm sido explicados por alguns autores, pelo fenómeno das migrações para NO de Célticos e Túrdulos, em meados do 1º milénio a.C., e por contactos mais intensos com o Mediterrâneo e, no séc. II a.C., pela expedição de *D. J. Brutus* e pela maior abertura da região ao comércio com o Sul da Península.

No entanto, tais explicações não parecem totalmente satisfatórias face aos dados disponíveis. A alteração da cultura material num período que se segue ao Bronze Final parece alicerçar-se, antes de mais, em mudanças económicas profundas das comunidades a nível regional. Depois está por discutir o impacto de eventuais imigrações em meados do 1º milénio a.C., sendo igualmente questionável até que ponto um comércio litoral com púnicos e gregos poderá ter tido repercussões profundas na vida das comunidades à escala das regiões amplas. Esse comércio parece ser aliás pouco consequente, pois a presença de materiais exógenos é de momento pouco significativa⁴⁸, parecendo afectar

⁴⁴ Este desenvolvimento parece comum aos povoados da região do Minho e caracteriza o período melhor conhecido dos castros. Sobre ele podem encontrar-se numerosas referências nos trabalhos de A. C. da Silva (1983-84, 121-129; 1986, 43-65), C. A. Ferreira de Almeida (1974a; 1977; 1983, 187-198; 1984, 35-42; 1986, 161-172), Romero Masiá (1976) e Teresa Soeiro (1984).

⁴⁵ Veja-se a este propósito A. C. da Silva (1986), que apresenta um bom balanço dos objectos metálicos característicos deste período.

⁴⁶ Veja-se sobre o assunto A. Tranoy (1981) e A. C. da Silva (1986).

⁴⁷ Em especial A. C. da Silva (1986) e M. Martins (1987).

⁴⁸ Seria de esperar uma amostragem mais significativa se efectivamente tivesse ocorrido um comércio importante com o Mediterrâneo, à semelhança do que acontece noutras zonas da Europa Central, durante a 1ª Idade do Ferro (WELLS 1980; CHAMPION e CHAMPION 1986, 59-68). A raridade de materiais exógenos, sobretudo de ânforas, que constituem o principal indicador da existência de comércio, poderá explicar-se antes por expedições prospectivas, que terão deixado a sua marca, mas que não conduziram de facto à implementação de uma corrente comercial consequente.

apenas a franja litoral do NO⁴⁹. A maioria dos povoados parece ter evoluído perfeitamente à margem desse comércio, não sendo perceptível que ele possa ter actuado como estímulo no desenvolvimento global da região.

Depois, importaria saber que produtos, ou matérias primas dispunha a região do NO para oferecer ao exterior, pois embora se aceite generalizadamente uma procura de metal por parte das civilizações mediterrânicas, a verdade é que se constata precisamente uma ausência sistemática de produtos metalúrgicos na maioria dos povoados, entre os sécs. VI e II a.C..

A aparente austeridade da vida económica das comunidades durante esses séculos parece assim bastante contraditória com a tese de uma região envolvida, de forma generalizada, num comércio de longo curso com o Mediterrâneo.

De qualquer modo, trata-se de um período muito mal conhecido. Escasseiam as datas de C14 e os materiais que se lhe referem, reduzidos por vezes à cerâmica de fabrico local, não têm sido devidamente valorizados. Por outro lado, será de esperar que existam zonas mais dinâmicas do que outras, como pode ter acontecido com a faixa litoral, em relação ao interior, e, conseqüentemente, uma certa variabilidade ao nível do registo arqueológico da fase II. Só um melhor conhecimento da estrutura económica e social das comunidades em meados do 1º milénio poderá permitir compreender as motivações subjacentes a uma mudança tão profunda da cultura material, como aquela que caracteriza os povoados ocupados desde o Bronze Final.

O desenvolvimento testemunhado pelos povoados fortificados na região do Minho, num período compreendido entre o séc. I a.C. e meados do séc. I da nossa era (fase III), tem sido basicamente atribuído à maior abertura desta área meridional e ocidental, na sequência da sua precoce pacificação. Ela explicaria a circulação comercial intensa, pelo menos nos finais do séc. I a.C.⁵⁰, a concentração monetária de numismas republicanos⁵¹, o desenvolvimento tecnológico, que se traduz por algumas inovações, nomeadamente a roda de

⁴⁹ Sobre os quantitativos e contexto desses materiais veja-se A. Castroviejo (1976, 325-330), J. M. Hidalgo Cuñarro e J. Costas Goberna (1978, 61-62), C. A. Ferreira de Almeida *et alii* (1981, 66-68), F. Fariña Busto *et alii* (1983, 120), J. M. Hidalgo Cuñarro (1984, 374), A. C. da Silva (1986, 42, nota 252, 135-136) e L. X. Carballo Arceo (1987, 141-142).

⁵⁰ Esta circulação está sobretudo representada por ânforas da forma Haltern 70, datadas a partir do último quartel do séc. I a.C. (COLLS *et alii* 1977), presentes em numerosos povoados da costa portuguesa (Coto da Pena, Santa Luzia, Sto. Estevão da Facha, Romariz), mas também em povoados interiores (Faria, S. Julião, Barbudo, Briteiros, Sabroso, Monte do Padrão, Santo Ovídio e Alvarelos, entre outros).

⁵¹ Em especial nos tesouros de Sanfins (Paços de Ferreira) (PAÇO e JALHAY 1965, 189-275) e Alvarelos (Santo Tirso) (TORRES 1978-79, 15-250). Existem ainda moedas republicanas em tesouros mais tardios, como o de Moure (Vila Verde), escondido no reinado de Augusto (PEREIRA *et alii* 1974, 200) e outras, que ocorrem de forma esporádica nalguns povoados litorais, como denários de César, na Cividade de Âncora (49-48 a.C.) e um denário de *Brutus*, em Romariz (54 a.C.) (SILVA 1986, 50-53, nota 305).

oleiro e por novos sistemas de trabalhar a pedra, e ainda o crescimento considerável dos povoados, que vão conhecer nalguns casos fenómenos de proto-urbanização⁵².

Sem pretendermos diminuir a importância dos estímulos exteriores e das novidades técnicas assinaladas na região, que denotam, de resto, a capacidade das comunidades as absorverem, não podemos deixar de considerar que o desenvolvimento observado parece repousar antes de mais na sua dinâmica interna. Em grande número de povoados em que esse desenvolvimento é perceptível não se documentam quaisquer vestígios de comércio, ou de trocas que ultrapassem o âmbito regional. Estes aparecem a partir de finais do séc. I a.C., quando começam a ser abundantes as ânforas e a surgir sigillata itálica.

Existem, por conseguinte, muitos povoados que, embora tocados apenas tardiamente por contactos comerciais, demonstram uma enorme vitalidade económica ao longo de todo o séc I a.C..

Por outro lado, os grandes trabalhos públicos de reordenamento e fortificação dos povoados, que caracterizam a fase III, não podem ser vistos apenas como uma consequência de contactos com o exterior. Eles retratam comunidades que manipulam largos excedentes alimentares, só possíveis com uma economia bem organizada e com uma estrutura sócio-política hierarquizada e estratificada. Tais trabalhos parecem traduzir uma forte competição entre as comunidades, correspondendo simultaneamente a um momento em que se estrutura uma integração complexa das mesmas em termos inter-regionais. A procura de itens exóticos, decorrentes do comércio, poderá mesmo ter servido a emulação competitiva das comunidades e a valorização de *status*, quer dentro dos povoados, quer entre eles.

De qualquer modo, é possível que a organização das comunidades do NO tenha conhecido assimetrias e regionalismos, que necessitam de ser convenientemente valorizados⁵³.

5. Finalmente gostaríamos de sublinhar uma última questão que se prende com o fenómeno da persistência dos povoados fortificados em época romana.

Aparentemente poderá existir uma correlação entre a topografia dos povoados e a sua maior ou menor romanização. No vale do Cávado verificamos que são os povoados implantados em esporões, que exerciam o controlo estratégico do vale, que irão manter-se durante o Alto Império. A sua persistência pode ter sido importante para a própria administração romana, mas é

⁵² Especial destaque merece o caso da citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira, estudada por A. C. da Silva (1986).

⁵³ Nem todos os povoados parecem ter atingido nesta época o mesmo grau de desenvolvimento e complexidade. No vale do Cávado constatámos que só os povoados com boa localização geo-estratégica parecem conhecer um importante surto construtivo, acompanhado por um evidente enriquecimento da cultura material (MARTINS 1987; 1988a; 1989).

possível que ela se articule também com o estatuto político desses povoados a nível regional.

Por outro lado, constatamos que os pequenos povoados de baixa altitude vão conhecer um marcado êxito nos primeiros momentos da romanização, nalguns vales do Minho. É o que parece acontecer no vale do Lima⁵⁴, contrariamente ao vale do Cávado, onde assinalamos um precoce abandono de alguns povoados deste tipo⁵⁵, em benefício da instalação de *villae* e casais. Esta categoria de povoados oferece também uma cronologia tardia em certas zonas da Galiza e Astúrias, sendo mesmo interpretados como o resultado de uma política romana de dispersão populacional⁵⁶.

Observa-se deste modo uma acentuada discrepância de situações regionais, que não permite a formulação de um cenário único para a Romanização. Mais uma vez julgamos que só no quadro de uma investigação regional e, neste caso, em articulação com o estudo de novas formas de habitat de tipo romano, poderemos compreender devidamente as assimetrias e modalidades de uma romanização das populações indígenas, que prima, antes de mais, pela diversidade de soluções e distorção cronológica.

A situação observada, por exemplo, no vale do Cávado, intimamente relacionada com a fundação de Bracara Augusta e o lançamento da rede viária, não pode ser generalizada a outras áreas, que conhecerão, em função dos imperativos da administração romana e do nível de desenvolvimento atingido pelas próprias comunidades, outras situações específicas, que talvez se tenham tornado mais homogêneas no Baixo Império.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1976) — Excavaciones en el castro de "O Neixón". Campaña de 1973, *NAH-Prehistoria*, 5, pp. 325-330.
- Idem* (1977) — Panorama de la Cultura Castrexa en el NO de la Península Ibérica, *BA.*, 31, pp. 235-253.
- ALMEIDA, C. A. B. (1982) — Castelo de Faria. Campanha de escavações de 1981 *Barcelos- Revista*, 1 (1), Barcelos, pp. 79-88.
- Idem* (1987) — *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima*. Porto.

⁵⁴ Veja-se sobre o assunto C. A. Brochado de Almeida (1987).

⁵⁵ É o caso do povoado do Lago, em Amares, cujo abandono se situará em meados do séc. I a.C. (MARTINS1988b).

⁵⁶ Veja-se a este propósito C. Fernandez Ochoa (1986).

- ALMEIDA C. A. B. e T. Soeiro (1980) — Sondagens nos castros de Abade do Neiva e Roriz, Barcelos, 1978, *SANP*, 2, pp. 29-35.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974a) — Cerâmica Castreja, *R.G.*, 84 (1-4), pp. 171-197.
- Idem* (1974b) — *Escavações em Monte Mozinho* (1974), Centro Cultural Penafidelis, Penafiel.
- Idem* (1977) — *Escavações em Monte Mozinho* (1975-1976), Centro Cultural Penafidelis, Penafiel.
- Idem* (1981) — Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto), *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 111-116.
- Idem* (1983) — Cultura castreja. Evolução e Problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 70-74.
- Idem* (1984) — A casa castreja, *MA*, 6, pp. 35-42.
- Idem* (1986) — Arte Castreja, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 161-172.
- ALMEIDA, C. A. F.; T. Soeiro; C. A. B. Almeida; A. J. Baptista (1981) — *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- ALVAREZ NUÑEZ, A. (1986) — *Castro de Penalba. Campaña 1983*, Arqueología/Memorias, 4, Santiago de Compostela.
- ARIAS VILAS, F. (1979) — El castro de Penarrubia (Lugo) y la novedad de su datación por C14, *XV CAN*, Lugo, pp. 613-622.
- BINFORD, L. R. (1964), A consideration of Archaeological Research Design, *American Antiquity*, 29, pp. 425-441.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1960) — La Cultura Castreña, *I Symposium de Prehistoria Peninsular*, Pamplona, 1959, pp. 179-195.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1921) — Los Celtas y la Civilización Céltica en la Península Ibérica, *Boletín de la Sociedad Española de Excursiones* Año 29, pp. 248-300.
- Idem* (1932) — *Etnología de la Península Ibérica*, Barcelona.
- Idem* (1933) — Los Celtas en Portugal y sus caminos, *HMS*, pp. 54-72.
- Idem* (1939) — *Two Celtic waves in Spain*, Proceedings of the British Academy, London.
- CALO LOURIDO, F. e X. Sierra Rodríguez (1983) — As orixenes do Castrexo no Bronze Final, *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia* — Santiago de Compostela, pp. 19-85.
- CARBALLO ARCEO, L. X. (1986) — *Castro da Forca. Campaña 1984*, Arqueología/Memorias 8, Santiago de Compostela.
- CARDOSO, M. (1958) — Missão inglesa de escavações num «castro» do Norte de Portugal (Sabroso), (3 a 11 de Abril de 1958), *R.G.*, 68 (3-4), pp. 439-454.
- Idem* (1962) — Alguns problemas da cultura dos castros no Norte de Portugal, *XXVI CLEPC*, 2 (5), pp. 391-423.
- CHAMPION, T. (1982) — Fortification, Ranking and Subsistence, *Ranking, Resource and Exchange*, C. Renfrew e S. Shennan (eds.), Cambridge University Press, pp. 61-66.

- CHAMPION, T. e S. CHAMPION (1982) — Peer polity interaction in the European Iron Age, *Peer polity interaction and socio-political change*, C. Renfrew e J. F. Cherry (eds.), Cambridge University Press, London, pp. 59-68.
- CLARKE, D. L. (1968) — *Analytical archaeology*, Methuen, London.
- COFFYN, A. (1985) — *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Difusion du Boccard, Paris.
- COLLS, D.; R. Etiénne; R. Lequément; B. Lion; F. Mayet (1977) — *L'épave Port-Vendres et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude*, *Archaeonautica*, 1, CNRS, Paris.
- CORREIA, M. (1924) — A cultura dos castros, sua origem e a sua significação etnológica, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto.
- EIROA, J. (1973) — Unha fecha radiocarbonica para el NW peninsular, *Estudios*, 2, Zaragoza, pp.48.
- Idem* (1980) — Notas sobre la cronologia de los castros del Noroeste de la Península Ibérica, *SANP*, 1, pp. 71-83.
- FARIÑA BUSTO, F.; F. Arias Vilas; A. M. Romero Masiá (1983) — Panorâmica general sobre la cultura castrexa, *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 87-126.
- FERNANDEZ OCHOA, C. (1986) — El impacto romano sobre el habitat del Noroeste (Estado de la cuestión sobre los fenómenos de transición y articulación del território), *Coloquio de Proto-história e História Antiga da Península Ibérica*, Santiago de Compostela (pré-tiragem polic.).
- GONÇALVES, A. H. B. (1981) — A estação pré-histórica do Monte do Calvo - Baião. Notícia preliminar, *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 77-87.
- GONÇALVES, A. H. B.; S. O. Jorge; V. O. Jorge (1978) — Fossas abertas no saibro do concelho de Baião. I - Bouça do Frade e Tapado da Caldeira, Porto, *TIANC*, 34, Porto.
- Idem* (1980) — Fossas abertas no saibro do concelho de Baião. II - Monte Calvo e Vale de Quintela, Porto, *TIAMC*, 37, Porto.
- HAWKES, C. F. C. (1984) — The castro culture of the Peninsular North-West: fact and inference, *Papers in Iberian Archaeology*, T. F. C. Blagg, R. F. Jones e S. J. Keay, *BAR* - 193 (1), pp. 187-193.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. (1984) — El castro de Vigo y el comercio atlantico romano en el Noroeste Peninsular, *R. G.*, 94, pp. 371-384.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. e F. J. Costas Goberna (1979) — El Castro «A Cidade» de Caneiro, Fozara (Ponteareas), *EMP*, 33, pp. 151-228.
- HÖCH, M. (1980) — Corte estratigráfico no castro de S. Juzenda (concelho de Mirandela), *SANP*, 2, Guimarães, pp. 55-70.
- Idem* (1986) — *Studien zur sogenannten castro-kultur in Nord Portugal*, Marburg (tese de doutoramento polic.).
- HODDER, I. (1978) — *The Spatial organisation of culture*. Duckworth, London.
- Idem* (1982) *Symbols in action. Ethnoarchaeological Studies of material culture*,

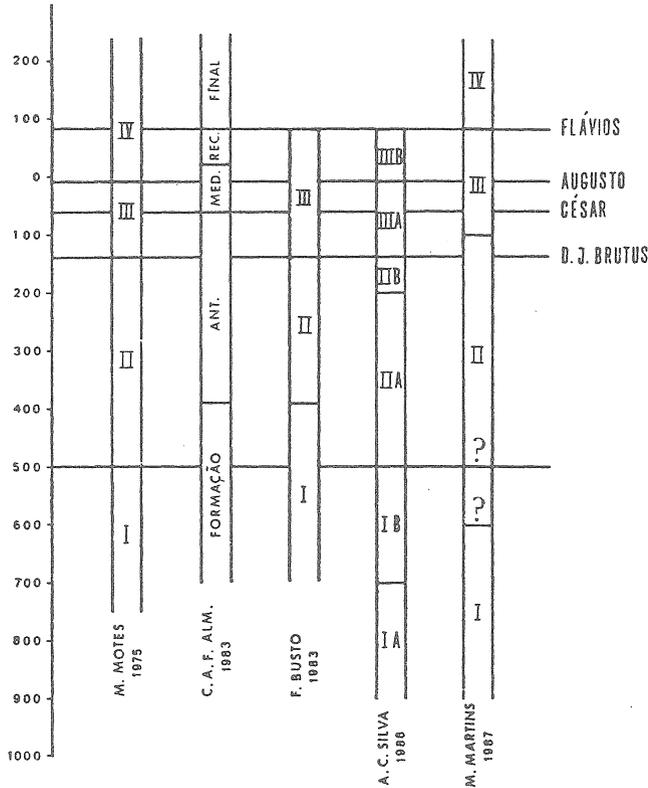
Cambridge University Press.

- JORGE, S. O. (1981) — Sondagens arqueológicas na estação do Alto da Caldeira (Baião), *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 67-76.
- Idem* (1986) — *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves - V. Pouca de Aguiar*, Porto.
- Idem* (1988) — *O povoado da Bouça do Frade (Baião), no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Monografias Arqueológicas, 2, GEAP, Porto.
- KALB, P. (1978) — Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Höhen siedlung Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *MM*, 19, pp. 111-138.
- Idem* (1980) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, Frankfurt, pp. 25-59.
- LEMOS, F. S.; M. Martins; M. Delgado (1981) — *Actividade arqueológica, 1976-1980*, Braga.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1933) — A área xeográfica da cultura norte dos castros, *HMS*, pp. 99-107.
- Idem* (1952) — Castro de Cameixa (Carballiño), Campaña de 1944, *NAH*, 1, pp. 82-91.
- Idem* (1953) — *La civilización céltica en Galicia*, Santiago de Compostela.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. e J. Lorenzo Fernandez (1948) — Notas arqueológicas do Castro de Cameixa, *R.G.*, 58 (3-4), pp. 288-305.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1975) — La cultura castreña de la Edad del Hierro, *JMACH*, 1, pp. 269-284.
- MALUQUER DE MOTES, J. e B. Taracena (1954) — Pueblos de la España Céltica, *História de España*, 1, Menendez Pidal (dir.), Madrid, pp. 1-299.
- MARTIN, R. D. (1972) — Concepto of human territoriality, *Man Settlement and Urbanism*, P. J. Ucko, R. Tringham e G. Dimbleby (eds.), Duckworth, London, pp. 427-445.
- MARTINS, M. (1985) — Sondagens arqueológicas na castro do Monte do Padrão, em Santo Tirso, *CA*, Série II, 2, Braga, pp. 217-230.
- Idem* (1987) — *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga (tese de doutoramento polic.).
- Idem* (1988a) — *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981 e 1985*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, 2, Braga.
- Idem* (1988b) — *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Cadernos de Arqueologia — Monografias, 1, Braga.
- Idem* (1989) — *O castro de Barbudo, Vila Verde. Resultados das campanhas realizadas entre 1983 e 1985*, Cadernos de Arqueologia — Monografias, 3, Braga.
- PAÇO, A. e E. Jalhay (1965) — Tesouro monetário da Citânia de Sanfins, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, 6, Lisboa, pp. 189-275.
- PEREIRA, I.; J. P. Bost; J. Hiernard (1974) — Les Monnaies, *FC*, III, Diffusion du Bocard, Paris.
- PEREZ OUTEIRIÑO (1982) — *De ourivesaria castreña, I. Arrecadas*, Boletín Auriense (anexo 1).

- QUEIROGA, F. (1984) — Escavações arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar, *Arqueologia*, 9, Porto, pp. 105-116.
- RENFREW, C. (1973) — *The explanation of culture change*, Duckworth, London.
- Idem* (1977) — Space, Time and Polity, *The Evolution of Social Systems*, J. Friedman e M. J. Rowlands (eds.), Duckworth, London, pp. 89-112.
- Idem* (1982) — Socio-economic change in ranked societies, *Ranking, Resource and Exchange*, C. Renfrew e S. Shennan (eds.), Cambridge University Press, pp. 1-8.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976) — *El habitat castreño*, Santiago de Compostela.
- ROWLANDS, M. J. (1972) — Defense: a factor in the organization of settlement, *Man, Settlement and urbanism*, P. J. Ucko, R. Tringham e G. W. Dimbleby (eds.), pp. 447-462.
- RUIZ-GALVEZ PRIEGO, M. (1984) — *La Península Ibérica y sus relaciones con el Organisation of culture*, I. Hodder (ed.), Duckworth, London, pp. 113-140.
- SHERRAT, A. G. (1973) — The interpretation of change in European Prehistory, *The Explanation of Culture Change. Models in Prehistory*, C. Renfrew (ed.), University of Pittsburg Press.
- SILVA, A. C. da (1981/82) — Novos dados sobre a organização social castreja, *Portugália*, (N/S), 2-3, pp. 83-94.
- Idem* (1982) — Organizações gentílicas entre Leça e Ave, *Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, pp. 381-399.
- Idem* (1983/84) — A cultura castreja do Noroeste de Portugal. Habitat e cronologias, *Portugália*, (N/S), 4-5, Porto, pp. 121-129.
- Idem* (1986) — *A Cultura Castreja no Noroeste Português*, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. R. P. (1976) — Carbonized grains and imprints in ceramics from the castrum of Baiões (Beira Alta, Portugal), *Folia Quaternaria*, 47, Krakon.
- SOEIRO, T. (1984) — *Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, Penafiel.
- Idem* (1985/86) — Muro da Pastoria, Chaves. Campanha de escavação de 1982/83, *Portugália*, (N/S), VI/VII, Porto, pp. 21-28.
- TORRES, J. (1978/79) — Tesouro monetário do castro de Alvarelhos. *Santo Tirso — Boletim Cultural*, 1, (2-3), pp. 15-250.
- TRANOY, A. (1981) — *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Peninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Boccard, Paris.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. (1980) — Los testimonios economicos, *Estudios de Cultura Castreña e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 147-158.
- WELLS, P. S. (1980) — *Culture contact and culture change; Early Iron Age in Central zados entre 1981 e 1985*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, 2, Braga.

ABREVIATURAS

- BA = Bracara Augusta, Braga
 CA = Cadernos de Arqueologia, Braga
 CAN = Congresso Nacional de Arqueologia, Braga
 CLEPC = Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Lisboa
 EMP = El Museo de Pntevdra, Pontevedra
 HMS = Homenagem a Martins Sarmento, Guimarães
 JMACH = Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Históricas, Santiago de Compostela
 MHA = Memórias de História Antigua, Oviedo
 MM = Madrider Mitteilungen, Madrid
 NAH = Noticiário Arqueológico Hispanico, Madrid
 R. G. = Revista de Guimarães, Guimarães
 SNAP = Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães
 TIAMC = Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correa, Porto



Propostas de evolução da ocupação dos castros.

DEBATE

Armando Coelho Ferreira da Silva — Quero agradecer as referências que fizeste ao meu trabalho, e fazer um ou outro apontamento. Não possuo muitos dados para discutir mais do que aquilo que apresentei na minha tese de doutoramento; aliás, foi a última elaboração que realizei. De qualquer modo, relativamente àquilo que propões, nomeadamente quando referes o povoado do Coto da Pena, nota que ele não é um povoado de esporão, mas um povoado de vale, e tem todavia uma ocupação vastíssima durante um milénio. Portanto, não podemos pegar simplesmente nesse modelo e aplicá-lo; em determinadas regiões, as soluções podem ter sido diferentes. O que me parece efectivamente é que o Coto da Pena tem, acessível, um conjunto de recursos permanentes e está em situação excepcional, na bacia do Coura, para controlar todo um núcleo estanhífero importante que é o do vale daquele rio. Julgo que está também situado de forma excepcional para controlar circuitos dos metais, a produção e circulação dos metais, e tem ainda um conjunto de recursos económicos — de agricultura, caça, pastoreio, etc. — disponíveis, dadas as condições em que está localizado. Esta talvez seja a fortuna deste povoado, e não o facto de ser um povoado de esporão ou não. Relativamente à cronologia geral que apresentei, e sobretudo à fase final, resolvi na fase III também colocar uma viragem com Augusto. Foi o registo arqueológico que o motivou e não qualquer outro dado. Ao ver romanos instalados no Monte Murado, através de pactos de hospitalidade, construindo uma casa romana no interior do povoado, e ao verificar no Castelo de Gaia uma outra casa absolutamente idêntica na época de Augusto — portanto uma infiltração similar dos romanos para o interior dos próprios povoados —, eu entendi que, efectivamente, e por elementos que recolhi noutros sítios, o registo arqueológico muda a partir de Augusto. Entendo que são dados suficientes para que nessa fase entrássemos pelo menos numa sub-divisão cronológica. Adoptei o mesmo critério para as outras fases; foi a mudança do registo arqueológico que se me manifestou ter uma certa concordância com alguns factos políticos, históricos, conhecidos das fontes clássicas, e não o contrário. É evidente que tinha o conhecimento desses factos, mas não os «encaixei» propositadamente. Por ex., quando criei um período comprido e um curto na segunda fase, ou seja, respectivamente, as fases IIA e IIB, foi porque verifiquei que houve a introdução da roda de oleiro e entendo que esse facto é extremamente importante no registo arqueológico. Acabei assim por

verificar que há uma certa coincidência entre mudanças do registo arqueológico e influências ou relações estranhas. Entendo que não podemos estranhar isto, tanto mais que, para mim, foi absolutamente evidente a influência púnica que verifiquei ao longo dessa fase IIA. Ainda na escavação de Cidadelhe (situada no interior, a cerca de 100 Km. do Porto), no ano passado, encontrei inúmera cerâmica púnica. Portanto, não é só no litoral que aparece este tipo de cerâmica, mas também nos sítios do interior, onde o acesso é mais possível. De resto, a distribuição das jóias já tinha manifestado essa penetração, sobretudo pelo rio Douro acima. Isto foi só para justificar um pouco o meu ponto de vista de que foi o registo arqueológico — que foi extremamente abundante, muitos milhares de fragmentos de cerâmica e muitos objectos de metal e jóias que no conjunto tive de avaliar — que me levou a fazer a proposta que apresentei. Esta foi inicialmente em 1983 no Colóquio Serpa Pinto e não em 1986, com poucas variantes até esta última data. Simultaneamente apareceram outras duas propostas: a do Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida na revista *Arqueologia* (tendo eu tido conhecimento dela só posteriormente e não podendo por isso ter sido influenciado pela mesma), e a proposta galega que aparece simultaneamente ao Colóquio Serpa Pinto, mas que também foi separada da minha. Isto só para dizer que o registo arqueológico foi o grande motivador das minhas cronologias. Relativamente à data do Coto da Pena, considero que as datas em torno de 1.000, pelos metais que aparecem, são um bocado arcaizantes, e foi por esse motivo que resolvi escolher o ponto mais baixo, mais próximo de nós, ou seja, a data de 900, porque se adequava melhor à cronologia. Não foi outro critério. Os dados foram retirados de sementes e portanto de objectos que não têm uma perduração, que são perecíveis, têm aquela data exacta, facto que não acontece relativamente aos carvões. A data do castro de Romariz também é do estrato inferior e usei aqui o mesmo critério, colocando a data no ponto mais baixo, mais próximo de nós. Isto porque assim me aconselhava todo o registo de objectos de cerâmica púnica e até um fragmento de cerâmica grega que encontrámos no estrato superior.

Maria Manuela Martins — Só queria responder a duas questões. Em primeiro lugar, acho bastante importante que tenhas salientado o facto de o povoado do Coto da Pena poder ser considerado um povoado de vale, porque isso só acentua um aspecto que eu venho sublinhando: o povoamento dos vales não se processou da mesma maneira. O que parece realmente importante no Coto da Pena, e que de resto vem sublinhar uma ideia minha, é que estes povoados dispõem de recursos alimentares muito diversificados e não especializados (o Coto da Pena, em particular, está muito ligado a recursos de âmbito fluvial e marítimo). Em relação ao problema do registo arqueológico mudar, eu só gostaria de colocar uma questão. Tu dizes que fizeste uma divisão por volta dos finais do séc. III (a fase IIIA), com a introdução da roda de oleiro. Ora, um dos

problemas que parece existir é a dificuldade em datar exactamente esse fenómeno, quer dizer, calculamos que ela tenha sido introduzida entre finais do séc. II, inícios do séc. I, mas é difícil precisar, a não ser que se disponha de datações de carbono 14, para situar o fenómeno com rigor.

A.C.F.S. — Eu já expliquei o critério que utilizei. Numa estratigrafia do Castro de Terroso encontrei, num nível de abandono que datei hipoteticamente do período de Decimus Junius Brutus, uma mó giratória. Ora, considero que o sistema da roda de oleiro é absolutamente idêntico ao da mó giratória e que uma inovação poderá ter acompanhado a outra. Para essa fase as datações que consegui foram a partir dos dados fornecidos pela introdução da cerâmica campaniense A.

M.M.M. — Bom, mas é natural que a roda de oleiro tenha sido introduzida nos povoados em momentos cronológicos distintos.

A.C.F.S. — Foram períodos diferentes, mesmo. Também verifiquei que nesse sítio (castro de Terroso) e nesse mesmo estrato, no interior da mesma casa, havia três vasos com paredes muito finas e muito regulares que devem ter sido feitos numa roda rudimentar. Mas nada disto decide a questão; são apenas propostas.

Suzanne Daveau — Queria fazer duas perguntas muito curtas, sobre aquele mapa muito interessante, do povoamento do vale do Cávado, que apresentou. Se bem percebi, os castros de altitude continuaram a funcionar quando os outros apareceram. Segundo ponto: qual a sua hipótese para esta descida do povoamento, que para mim, ignorante destes assuntos, me parece muito precoce, pois tinha ficado com a ideia de que a descida era feita sobretudo no período romano, e agora estou a ver que é muito anterior.

M.M.M. — Até ao momento o povoado de baixa altitude mais antigo é precisamente um povoado estudado no vale do Cávado, cuja origem deve remontar ao séc. III a.C. Curiosamente, ele é abandonado em meados do séc. I, portanto anteriormente à romanização. No vale do Lima, assistimos a um fenómeno diferente: esses povoados parecem ter uma cronologia mais tardia, aparecendo desde meados do séc. I a.C., alguns já na viragem do milénio, e outros mesmo no período da romanização. Na Galiza e nas Astúrias eles parecem ter ainda uma cronologia mais tardia, e portanto não podemos considerar um painel cronológico comum para estes povoados. Penso que esse é um aspecto importante, porque de facto pode ter havido uma desigualdade de desenvolvimento das regiões e no fundo esses povoados, a que alguns autores não hesitam em chamar povoados ou castros «agrícolas», estão ligados à exploração sistemática dos vales, podendo ou não ser controlados por povoados mais importantes. Aliás, eles encontram-se fora dos territórios teóricos de

influência de grandes habitats, mas não coexistentes; e é difícil entender a existência de unidades de produção especializadas como poderiam ser estes povoados, fora de relações interactivas, e com certeza de grande complexidade, a nível social e económico, entre eles. De resto, haveria que perguntar onde é que os grandes povoados, que revelam um considerável desenvolvimento tecnológico a partir do séc. I a.C., que remodelam por completo as suas estruturas, que petrificam sistematicamente as casas, vão buscar os excedentes alimentares, para manter uma tão vasta população ligada a tarefas não produtivas, obviamente.

S.D. — É um problema de grande interesse, sem dúvida. Achei o seu mapa uma hipótese já muito importante, uma evolução do povoamento. É a primeira vez que vejo uma coisa deste género.

M.M.M. — É uma modesta contribuição, porque infelizmente eu não disponho de dados cronológicos sistemáticos para um grande número de povoados. Confesso mesmo que, em termos de habitats de baixa altitude, apesar de existirem cerca de 17, só pude escavar um, e portanto tenho mais dúvidas do que certezas. Mas, de qualquer modo, eu não chamo a estes povoados «agrícolas» pois de facto não encontrei aí sementes, se bem que as condições de preservação nem sempre são fáceis. São povoados cujos estratos são extremamente húmidos; situam-se sobre níveis de terraço, existindo portanto um conjunto de factores que podem ter afectado o registo arqueológico, e que não permitem grandes ilacções, ou pelo menos exigem uma certa prudência nas mesmas. Mas julgo realmente que a problemática destes povoados, e da sua relação com os sítios de altura, é uma das mais interessantes que se nos coloca. É uma das questões mais importantes da investigação dos castros nos próximos anos, ou pelo menos deveria ser.

Francisco Fariña Busto — Eu queria permanecer um pouco na linha da pergunta anterior: se existe uma certa hierarquização territorial, quais as razões dessa hierarquização? Existem uns povoados de altitude com uma cronologia que é paralela em dado momento aos povoados de vale. Haverá uma relação de dependência no sentido de que a implantação do povoado de vale depende hierarquicamente ou funcionalmente dos povoados de altitude, ou representa uma nova fórmula dos sistemas produtivos em interacção com esse castro já existente e que, como era pré-existente, permitiu o estabelecimento do de vale? Este é um tema, o outro será: se efectivamente há, como parece, um corte, se como suponho não há continuidade entre o material que define as culturas do Bronze Final e a cultura a que se vinha chamando castreja, não seria oportuno manter o termo «castrejo», na linha da última proposta, para o que se vinha denominando tradicionalmente «castrejo», marcado precisamente por essa ruptura?

M.M.M. — Ora bem, em relação ao problema da hierarquização do povoamento, digamos que isto que apresentei é mais uma hipótese do que uma certeza. O que parece existir de facto são povoados cujo espectro económico seria extremamente diversificado, que se desenvolvem bastante na última fase, sendo esse desenvolvimento correlativo do aparecimento ou da pulverização de povoados na zona de vale. São duas realidades com as quais nós temos de lidar. Se ao tentarmos traçar os territórios potenciais dos povoados mais antigos, precisamente esses que arrancam do Bronze Final, verificamos que de facto os povoados surgem fora desses territórios de influência, quer dizer, aparentemente para a exploração de recursos que poderiam ser manipulados por outros povoados mais antigos, mas que seria agora mais intensa. Digamos, eu veria estes povoados como uma extensão dos habitats mais antigos que desempenhariam, digamos, o papel de controlo estratégico dos vales. No entanto, isto é mais uma hipótese de trabalho, do que uma rigorosa formulação de um quadro existente. É necessário não só confrontar os dados cronológicos dos diferentes povoados (e aí muitas vezes apenas existe a cerâmica para correlacionar), mas definir a interacção desses sítios, o que quer dizer que temos de trabalhar, segundo penso, com uma grelha de modelos teóricos para aceder a esse significado. É evidente que se parte da ideia de que esses povoados constituem uma trama, em princípio coerente, e que não estão isolados, ou seja, não sofrem um desenvolvimento independente uns dos outros. No vale do Cávado, que é a realidade que eu mais conheço, existem cerca de 16 povoados de altitude, cerca de 10 povoados de colina e 17 de vale. Todos esses 16 sítios de altura têm um desenvolvimento semelhante, quer dizer, não há nenhum que se possa considerar mais importante que os outros, pelo menos à luz dos dados actuais. Digamos que isto é uma hipótese de trabalho e não deve ser considerada como mais do que isso. Em relação ao problema da continuidade ou descontinuidade de ocupação dos povoados em relação ao Bronze Final, os materiais, ou o registo arqueológico dos sítios com ocupação do Bronze Final que eu estudei, revelam uma alteração, uma mudança sobretudo técnica no fabrico das cerâmicas, uma alteração no repertório de formas, que vai no sentido de uma menor diversificação funcional da cerâmica. Digamos que a cerâmica posterior ao Bronze Final reduz-se a três ou quatro tipos, enquanto que no Bronze Final eu encontrei, pelo menos em S. Julião, dez tipos morfológicos distintos. Mas algumas formas que persistem, podem ser consideradas evoluções da cerâmica do Bronze Final. Não há uma descontinuidade tão radical: há uma descontinuidade técnica, há um fabrico diferente de pastas, sobretudo com a introdução da mica na cerâmica, e principalmente há uma descontinuidade física das estruturas. No Bronze Final encontrei vestígios de cabanas, uma muralha de terra batida e um fosso; as muralhas que eu assinalo na Idade do Ferro são de pedra (embora não do tipo que aparece na fase final), mas de pedra partida, utilizando ainda muita terra, toscas, e as estruturas

habitacionais continuam a ser de materiais perecíveis. Quer dizer, há de facto uma descontinuidade cultural, que não é muito fácil de explicar, até porque em S. Julião eu admito uma continuidade de ocupação, ou seja, foram as mesmas comunidades que ali continuaram a viver... De resto, a esse propósito, gostaria de salientar o seguinte aspecto: a presença de mica nas cerâmicas é um grande indicador para incluir um certo número de materiais já na Idade do Ferro. Surge em S. Julião na última fase do Bronze Final, acrescentada a cerâmicas de tipologia perfeitamente característica do Bronze Final, como sejam as taças carenadas. Portanto digamos que existem alguns aspectos tecnológicos de certos materiais que apontam para uma característica que vai ser comum às cerâmicas da generalidade da Idade do Ferro. Mas eu não discuto de momento o alcance desse aspecto, aliás seria impossível fazê-lo, uma vez que isso só foi verificado no povoado de S. Julião, e porque me parece pouco consequente para já.

F.F.B. — Voltando ao tema das hipóteses de hierarquização e de correlação dos povoados de vários níveis de altitude: existiria a possibilidade de marcar a territorialidade de cada um deles tomando como referência os métodos que se utilizam na geografia aplicada, como seja fazer uma ou duas horas de caminho a pé e a partir dessa experiência ver se existem interferências nas áreas de actuação de cada um desses castros? E consequentemente ver se há ou não interferências claras entre eles ou não.

M.M.M. — Eu posso mostrar o mapa outra vez. Temos aqui que definir territórios potenciais de povoados. O mapa limitou-se, após várias tentativas, a deixar definidos os territórios de influência dos povoados mais altos, que são simultaneamente os mais antigos, e verificámos que a 2 horas de caminhada todos os territórios se intersectam. Digamos que territórios sem interferência existem a 1 hora, quer dizer, a uma hora do centro do povoado toca-se o território de outros povoados. No entanto, é perceptível na zona jusante do vale que esses territórios poderiam ser ligeiramente maiores, de 1,5 h. Portanto, na área mais montanhosa, é predominantemente o território de 1 h. que não se intersecta com o de outros povoados, enquanto que na zona jusante é um território de 1,5 h., pelo menos, no caso de alguns sítios como Faria, Roriz, etc. Por outro lado, tentámos também proceder à definição dos territórios de influência de povoados mais pequenos, a que chamámos «povoados de colina», e verificámos que eles surgem normalmente na periferia de outros. Só num caso, em Barbudo, existe um sítio de habitat dentro do território de influência desse povoado mais importante. Isso faria com que, se estes povoados controlassem, digamos, automaticamente territórios, fossem dessa forma restringir os territórios de povoados mais antigos. Daí que surja a questão: se estes habitats não representarão já uma aproximação em relação à exploração dos recursos de vale, situando-se portanto na dependência de territórios de

povoados mais antigos. Em relação aos povoados de baixa altitude, na medida em que podemos admitir a sua função especializada, será difícil saber se o seu território não seria extremamente restrito, e portanto não teria qualquer significado estar a definir territórios de 2 h. ou de 1 h., porque, se o fizéssemos, eles iriam abarcar os territórios dos povoados da bordadura do vale. Atribuímos um certo significado cronológico a esta possível hierarquização, uma franja de povoados mais antigos que remontam hipoteticamente ao Bronze Final, depois o aparecimento de povoados de colina e de vale numa época posterior, e foi nessa ordem de ideias que procurámos compreender esta estrutura, a partir de povoados que seriam mais importantes. De resto, devo sublinhar que são esses os povoados que se vão manter durante a romanização, enquanto que os outros parecem desaparecer. Existem mesmo, no caso do vale do Cávado, exemplos de sítos romanos que surgem muito perto de povoados de vale: possíveis vilas, casais, etc. É necessário investigar muito mais para ter certezas. Estes são povoados que, para além da sua grande antiguidade, desenvolvem uma arquitectura aparatosa do ponto de vista fortificativo, que de resto pode traduzir uma grande competição entre os diferentes povoados, pela disputa de territórios, mesmo numa fase avançada, ou como uma forma de demonstrar o prestígio dessas comunidades. Por outro lado, são eles também que se vão manter na romanização, porque controlam o vale, controlam as portelas por onde passarão as vias e terão portanto uma função útil durante os primeiros tempos da romanização.

F.F.B. — A minha pergunta é a seguinte: tendo em conta essa nova implantação, aparece nos castros de altura alguma remodelação nas muralhas, que tecnicamente nos possa fazer pensar numa correlação com as novas implantações que se fazem no vale, ou não existe essa possibilidade de verificação?

M.M.M. — Uma correlação a nível das muralhas?

F.F.B. — Não. Refiro-me a que tratando-se de novas implantações, pode supor-se que existem novas técnicas de trabalho da pedra, de montagem de novas muralhas, nesses povoados. Pergunto se existe nos povoados pré-existentes alguma remodelação com utilização de novas técnicas que se aplicam nos povoados de recente implantação.

M.M.M. — As remodelações das muralhas, até com a utilização generalizada de pedra picada (que utiliza o pico de ferro) são sobretudo evidentes nos grandes povoados de altura. Não se conhece em pormenor as fortificações dos outros povoados (normalmente são constituídas por uma só linha de muralha). No povoado do Lago a muralha é de pedra partida com um acrescento, uma reparação que resultou de uma fase de derrube da muralha e que utiliza já pedra picada. Esse acrescento será provavelmente dos inícios do séc. I da nossa era.

Mas não é possível estabelecer uma correlação directa de tipos de estruturas de povoados de altura com os de vale, pelo menos por agora.

Susana Oliveira Jorge — Queria em primeiro lugar dizer que gostei muito do que disseste sobre este tema; queria manifestar isso desde já, porque acho que tocaste em problemas sensíveis em vários aspectos. Sendo breve, gostaria de colocar uma série de questões. A primeira diz respeito ao facto de quando tu te referes aos povoados que se situam nos bordos das bacias fluviais e sobrevivem na Idade do Ferro, isso acontecerá, segundo a tua opinião, porque eles acederiam a uma certa diversidade de recursos. Eu penso por exemplo no povoado da Bouça do Frade, que não sobreviveu na Idade do Ferro, e creio que esse sítio, apesar de se encontrar numa situação diferente dos povoados que tu estudaste, localizados, como dizes, numa área de montanha, também teria acesso a recursos muito diversos, de «montanha» — para a actividade pastoril — e agrícolas (embora se tratasse de uma agricultura praticada num vale encaixado na «Serra» e não no grande vale principal, o do rio Ovil). Portanto o meu problema situa-se apenas a este nível: penso que há efectivamente um grande regionalismo de situações e pergunto-me se não existirão razões exteriores à subsistência que estejam na base da sobrevivência dos povoados do Bronze Final, durante a Idade do Ferro, na região que tu estudaste.

M.M.M. — Não é a região que eu estudo, mas a área cronológica que eu estudo, porque esse fenómeno não existe só no vale do Cávado.

S.O.J. — Sim. Eu pergunto, por exemplo, em relação ao vale de Ovil, que está numa situação eventualmente paralela ao vale do Cávado, nomeadamente no que toca ao povoado de Castelo de Matos...

M.M.M. — Castelo de Matos fica numa zona de montanha ainda, enquanto que o castro do Cruito está situado cá em baixo.

S.O.J. — Mas o castro do Cruito é um povoado que não foi ocupado durante o Bronze Final.

M.M.M. — Sim, sim.

S.O.J. — Portanto, o que eu pergunto é o seguinte: disseste que havia um elo de ligação na sobrevivência dos povoados do Bronze Final para a Idade do Ferro e que esse elo poderia estar na diversidade de recursos disponíveis aos habitantes desses povoados...

M.M.M. — Sim, mas também relacionado, e se calhar não frisei a ideia, com o carácter estratégico dos povoados, que a Bouça do Frade não tem. Portanto, a emergência de factores de ordem estratégica — que também estão presentes em povoados do Bronze Final que são abandonados — correlacionada com uma

diversidade de recursos, poderá ter sido uma condição para a preservação desses povoados.

S.O.J. — Eu penso precisamente que esse aspecto estratégico é fundamental e é exterior às razões de subsistência pura.

M.M.M. — E ele mantém-se durante todo o 1º milénio...

S.O.J. — Uma segunda questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: estes povoados do Bronze Final, que recursos explorariam nos tais vales importantes a que te referes: pastoreio? agricultura? E, neste caso da agricultura, os seus habitantes já teriam uma tecnologia suficientemente sofisticada para fazerem uma agricultura em vales? (provavelmente seriam vales florestados; não sei quais eram as condições de vegetação nesses vales). Mas, eles já poderiam fazer no Bronze Final uma agricultura nesses vales? Não sei. É outra questão a que não sei responder e que, se calhar, tu também não sabes. Mas pergunto: de que recursos é que eles poderiam dispor nesses vales de grandes rios, no Bronze Final?

M.M.M. — Esse é todo um outro conjunto de problemas, que são os dos solos do Minho, e que exigem tratamento especial, em termos de drenagem, de irrigação, etc., etc...

S.O.J. — Achas que é já possível uma agricultura nesta fase, nesses vales?

M.M.M. — Agricultura de vales, não. Eu adianto no meu trabalho, como aliás tu sabes bem, que uma agricultura de vale provavelmente está associada ao aparecimento dos pequenos povoados de baixa altitude, e intensificar-se-á com a romanização, na medida em que exige já uma tecnologia do ferro, que parece ausente nos povoados mais altos, durante as etapas mais antigas da Idade do Ferro. E por outro lado, eu também ponho outra questão: é fácil desmatar nas zonas de montanha e de vertente (o que se faria através do processo da queimada), mas muito mais difícil seria nas zonas de vale, em que as matas ribeirinhas seriam abundantes e cerradas e onde só o trabalho manual em larga escala permitiria abrir clareiras. De resto, é sabido que ainda na Idade Média havia bastantes extensões de floresta nas zonas baixas. Mas isso é um problema que é fácil formular, mas cuja resolução exige estudos ambientais. De toda a maneira, e respondendo à tua questão, penso ter sido mais possível, durante o Bronze Final, uma agricultura de chãs montanhosas, do que no vale ou até de vertente.

S.O.J. — Queria pôr uma última questão. Essa tua fase do Bronze Final, se eu bem compreendi pelo esquema, tinha um corte em cerca de 600, e depois uns pontos de interrogação até 500. Mas, apesar de tudo, se bem entendi a tua tese,

tu dizes que há uma descontinuidade ao nível dos materiais durante essa fase. Ou não há?

M.M.M. — O registo arqueológico altera-se entre o Bronze Final e aquilo que pode ser, em termos genéricos, a Idade do Ferro, e altera-se em termos de cerâmica, de fabricos, de redução das formas, e em termos de descontinuidade dos espaços ocupados e de estruturas defensivas.

S.O.J. — Portanto nós temos dados, indícios pelo menos, para a região que estudas, de uma descontinuidade ao nível dos materiais e também ao nível de algumas estruturas defensivas e habitacionais e até em áreas de ocupação. Há uma outra coisa que eu ontem afirmei e que penso não oferecer dúvidas, ou seja, que há um abalo no sistema económico e social do Bronze Final a partir do séc. VII. Bom, relativamente à chamada «cultura castreja», estamos perante uma expressão que tem a ver com o conceito de cultura em Arqueologia, que era muito interessante ser aqui discutido, porque ainda não o foi. O que é uma cultura? Como se pode definir, por ex., uma cultura do Bronze Final ou da Idade do Ferro? Eu penso que uma cultura tem de integrar vários *items*: a estrutura económica, o tipo de habitat, etc, etc. Se há descontinuidades, a diversos níveis da realidade arqueológica, que apontam para descontinuidades a um nível estrutural, mais profundo, porque é que não havemos de ensaiar a hipótese de que a chamada «cultura castreja» tenha início não no Bronze Final, mas numa fase indefinida, embora posterior ao Bronze Final, ou seja, posterior aos finais do séc. VII? Por que é que há tantas dúvidas sobre o término do Bronze Final e o início da chamada «cultura castreja»? Por que é que se pensa que o início da «cultura castreja» pode remontar a uma época onde quase tudo é diferente? Desculpa a vivacidade desta intervenção, mas penso que é um problema fundamental que é sistematicamente escamoteado.

M.M.M. — Permito-me não responder e deixar em aberto a questão.

S.O.J. — Não era só para ti esta questão, era também para outras pessoas que estão nesta sala.

M.M.M. — Se alguém quisesse intervir nesse sentido, seria óptimo.

Não identificado — Não vou entrar nessa discussão, porque seria longa. Queria especificar um aspecto. Quando falas de agricultura, falas de agricultura de arado? Muitas vezes, quando aplicamos certas palavras, pensamos na realidade actual, e podem não ser comparáveis.

M.M.M. — Não, não. De modo algum. Aliás, talvez seja impróprio falar de agricultura sem arado. Mas isso é outra questão... nós abusamos por vezes dos termos, mas de qualquer maneira não tenho dúvida de que não seria uma

agricultura com arado, anteriormente aos últimos dois séculos do 1º milénio a.C.

F.F.B. — Mas, considerando a implantação das novas estações na zona de fundo de vale, poderia pensar-se que ele era então já conhecido...

M.M.M. — Sim, sim. Poderia apontar para uma correlação desses povoados com o aparecimento do arado, não demonstrado arqueologicamente de maneira nenhuma.

F.F.B. — Claro. Porém, isso dar-nos-ia de novo um argumento para pensar que há algumas razões lógicas, de fundo económico mas ao mesmo tempo infra-estruturais, de comportamento...

M.M.M. — Sim, sim, técnicas...

F.F.B. — ...para pensar que há uma estrutura, digamos, do que é a «cultura castreja», que permite circunscrever de alguma maneira aquilo que se conhece melhor de tal «cultura»... [*intervenção parcialmente inaudível*].

Martin Höck — O tema, na sua formulação vasto, da conferência, foi aparentemente abandonado na discussão. Um repto lançado no fim da conferência não foi quase aceite: tendo sido mencionado brevemente durante a discussão (F. Fariña), só no fim, e com o tempo a escassear, foi feita a tentativa de entrar na discussão do conceito da «cultura castreja». Esta tentativa (de S.O. Jorge) partiu de uma perspectiva muito crítica quanto a este conceito, que está em concordância com a da conferencista, sendo menos radical do que a minha própria opinião, negativa quanto à solidez da sua formulação, e à sua utilidade como instrumento de trabalho científico actual. Um dos quadros, por cuja imperfeição a oradora pediu desculpa, serve de exemplo para explicitar a minha opinião sobre a discussão realizada. O quadro em causa confronta vários modelos evolutivos para os castros do NW. Começa pelo de Maluquer de Motes — baseado em escassíssimos contextos seguros então conhecidos — passa por várias outros propostos por autores que efectuaram novas escavações em diversos pontos do vasto território atribuído tradicionalmente à «cultura castreja», e termina com a hipótese de trabalho que a própria Manuela Martins propõe para a área que concretamente estuda — e não para a globalidade do Noroeste. Eis uma imperfeição — seria lógico confrontar um modelo regional com outros regionais e a partir daí construir um ou vários globais. Porém a imperfeição não é do quadro, mas da investigação tal como foi conduzida: ele até é perfeito a demonstrar isso. Se este quadro deu uma ideia duma evolução da actividade investigadora, o desvio da discussão do tema da conferência na sua formulação vasta pode ser sintomático: centrou-se nos achados e contextos que estão na base do modelo proposto pela autora (e de outro, proposto por A. Coelho da

Silva). Sendo isso sintomático, significa à-vontade com resultados de escavação e, em contrapartida, um certo mal-estar com os conceitos que se pretendem válidos para áreas grandes e neste momento ainda não suficientemente conhecidas [*intervenção escrita, entregue no final do debate*].